
001ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 05ABR2018

(Texto com revisão.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: (19h) Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública com o objetivo de debater acerca da segurança pública em Porto Alegre. Procedo à leitura do edital (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 05 de abril de 2018, às 19 horas, na Av. Nilo Peçanha, nº 1600 (Campus Unisinos), Bairro Boa Vista, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 22 de março de 2018. Ver. Valter Nagelstein, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: Ver. Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Tenente-Coronel Douglas da Rosa Soares, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar; Delegado Eduardo Hartz, representante do Chefe de Polícia; Delegado Nelson de Oliveira, representante da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul – Asdep; Sr. Milton Gomes Ribeiro, Diretor da Região Metropolitana do Sincopeças. Prestigiam ainda esta Audiência Pública a Ver.^a Comandante Nádia; o Ver. Mendes Ribeiro; o Ver. Reginaldo Pujol; o Sr. Fernando Dalmolin Ferraz, Presidente da Amatres; o Sr. Luis Felipe Ranzolin Irigaray, Presidente da Amobela; os representantes dos Gabinetes dos Vereadores Márcio Bins Ely, Ricardo Gomes, Professor Wambert e Alvoní Medina.

O Ver. Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. Declaro aberta a presente Sessão. Convido os Vereadores para comporem a Mesa – Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Reginaldo Pujol, está chegando o Ver. Felipe Camozzato. Eu quero agradecer muito aos senhores que atenderam ao nosso chamamento, na verdade, o que nós estamos buscando aqui é promover uma articulação das forças vivas da sociedade com os órgãos de segurança pública e com a nossa

Câmara de Vereadores. Agradeço aos Vereadores que aqui vieram, mais uma vez; agradeço à Ver.^a Comandante Nádia, primeiramente, por todo o apoio que deu junto ao nosso Tenente-Coronel Douglas na concepção dessa ideia que, na verdade, vai ser composta de seis audiências públicas em diferentes regiões da Cidade e, depois, de um grande seminário de segurança pública que nós vamos fazer no dia 13 de julho, sexta-feira, em que estarão conosco o Chefe de Polícia de Los Angeles, o Comandante da Polícia da Bélgica, autoridades do Poder Judiciário, professores ligados ao meio acadêmico, autoridades da Polícia Civil e da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, para discutirmos esse fenômeno da violência e da criminalidade, e fazer aquilo que a Câmara acha que é fundamental, que é uma aproximação da sociedade civil, das associações de bairro, das entidades empresariais com os organismos policiais. Há poucos dias, aqui no Iguatemi, Tenente-Coronel Douglas, tivemos um evento importante do Instituto Cultural Floresta, que foi a doação de 56 veículos mais equipamentos às forças policiais, porque a gente sabe das dificuldades que as nossas polícias passam. Quero registrar que estava convidado também, designado pelo Prefeito, o Coronel Senisse, mas acabamos de ser informados que ele teve um problema de saúde, por isso não vem, mas a Guarda Municipal está aqui representada.

Nós queremos, em primeiro lugar, agradecer à Polícia Civil, meu caro Delegado Eduardo Hartz, ao senhor e ao Delegado Cleber Lima, da 14^a, e ao Delegado Daniel Ordahi, da 15^a – muito obrigado! Particularmente, eu também sei das dificuldades que a Polícia Civil vive sempre, às vezes a precariedade, infelizmente, das nossas delegacias, e eu acho que aproximar a sociedade civil através dos Consepros, das associações de empresários, para que a gente possa buscar doações, melhorias nas nossas delegacias, sempre é algo importante, é o que a gente persegue aqui também. Quero agradecer muito ao nosso Delegado Nelson de Oliveira, representando a Asdep, peço que leve um abraço ao nosso ex-colega Delegado Cleiton, enfim, a toda a nossa Polícia Civil o nosso apreço e a nossa gratidão – também ao Chefe Wendt, um abraço para ele. Quero agradecer também à nossa Brigada Militar, ao nosso Tenente-Coronel Douglas, já estivemos juntos em outras oportunidades, a gente sabe a importância do 11º Batalhão, que se situa atrás do Iguatemi, mas que tem uma jurisdição bastante grande da região e faz um enfrentamento bravo, corajoso ao crime, numa região bem complicada da Cidade – aliás, qual não é, hoje? Todos nós nos lembramos do enfrentamento que houve ali no Cristo Redentor, no

pág. 2

ano passado, quando a Câmara de Vereadores acabou por homenagear aqueles PMs. Alguns setores da política gostam de criminalizar a atividade do policial, tanto do policial civil como o policial militar, mas não é o nosso caso, não é isso que nós queremos. Nós sabemos que os moradores dos bairros Três Figueiras e Bela Vista, que aqui estão, sabem o valor da Polícia Civil e da Brigada Militar, sabem que quando a gente precisa, temos a Polícia Civil e a Brigada Militar, e o que nós queremos hoje é a nossa Guarda Municipal também reforçando isso; então, obrigado, Tenente-Coronel Douglas Soares.

A Audiência Pública funciona da seguinte maneira: os representantes das autoridades podem se pronunciar por dez minutos cada, acho que é o momento para fazer um chamamento de uma articulação que nós podemos iniciar aqui com as forças vivas e também falar talvez das dificuldades – enfim, fiquem à vontade –, do que é necessário, do que, de alguma forma, nós podemos ajudar, como Câmara de Vereadores, os 36 Vereadores, representantes legais, constitucionais da sociedade porto-alegrense podem ajudar. Então, vou oferecer dez minutos à nossa Polícia Civil e à nossa Brigada Militar, depois já abro as inscrições para os nossos cidadãos dos bairros, e, nesse ínterim, mesclando, os nossos Vereadores têm a palavra à disposição. Sempre fica, das audiências públicas e dos esforços que fazemos, um ensinamento para todos nós, eu acho que o primeiro que eu vejo, de pronto, quando agradeço às lideranças dos bairros, é de que, infelizmente, sempre é difícil mobilizar as pessoas para momentos como este em que a gente consegue um quórum qualificado das forças de segurança pública exatamente para responder os nossos anseios como cidadãos e como moradores. Mas vamos tentar chamar cada vez mais, mobilizar cada vez mais, e ficam aqui as sugestões, que é o que também queremos fazer, de criarmos grupos – até alguns já existem, de WhatsApp e outras formas – para podermos ter mais acesso aqui. Eu acho que isso, obviamente, fica à disposição dos nossos especialistas em segurança. De imediato, passo a palavra para o nosso Delegado; logo em seguida, para o Tenente-Coronel; depois, para a Asdep, para as associações de bairro e para os Vereadores.

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: Sr. Presidente, gostaríamos de registrar a presença do representante do Comjus, Sr. João Henrique Remião de Macedo. O Sr. Eduardo Hartz está com a palavra.

SR. EDUARDO HARTZ: Boa noite a todos. Agradeço ao Presidente, Valter Nagelstein, pela oportunidade de estar aqui conversando com a comunidade porto-alegrense sobre esse tema que aflige a todos. Segurança pública hoje não é um problema do Estado, do Município, da União, da sociedade civil, enfim, é um problema de todos, então é um esforço de todos, com exemplos concretos, como esse último citado, o grande apoio que foi destinado recentemente à segurança pública.

Um cumprimento especial ao meu colega Dr. Nelson Soares de Oliveira, aqui representando a Associação dos Delegados de Polícia; e aos meus colegas Cleber Lima e Daniel Ordahi, que representam aqui as Delegacias de Polícia de Porto Alegre, que não têm medido esforços e, apesar de todas as carências já conhecidas por toda a comunidade, estão diariamente trabalhando para nos trazer um pouco mais de segurança. Ao Tenente-Coronel Douglas, os nossos cumprimentos e o nosso agradecimento pela parceria constante e diária com a Brigada Militar. Boa noite também ao colega Milton Gomes Ribeiro, representante do Sincopeças e a todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de situar o que fazem hoje, quais as atribuições das Delegacias de Polícia em Porto Alegre. Porto Alegre tem uma particularidade, porque divide a sua atribuição, a atribuição das Delegacias Distritais, com vários departamentos especializados; diferente, por exemplo, de uma delegacia de interior, que acaba arcando com todas as atribuições, com toda a gama de crimes previstos na legislação penal, em leis extravagantes, Código Penal, enfim. Em Porto Alegre, nós temos, por exemplo, um Departamento de Homicídios, que se ocupa de todos os homicídios, tentados ou consumados, ocorridos em Porto Alegre. Temos o Denarc, que tem a atribuição de repressão ao tráfico de entorpecentes, atribuição essa que é concorrente com as distritais, mas é um órgão especializado que se ocupa apenas dessa matéria. Temos também o DEIC, que se ocupa primordialmente com aqueles crimes praticados por organizações criminosas, então uma criminalidade mais organizada, como roubo a banco, entre outros. Temos também o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, que se ocupa daquelas ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, tanto vítimas como adolescentes infratores. O que resta, então, para as Delegacias Distritais? Elas têm uma atribuição, hoje, residual. Nós temos 20 Delegacias Distritais, cada uma se ocupando de uma parte da Cidade. Aqui na Zona Norte, por exemplo, o Delegado Cleber Lima é um dos delegados da Zona Norte – há outras delegacias que dividem essa atribuição na Zona

pág. 4

Norte. Essas delegacias têm hoje como função, como missão primordial, a repressão ao crime de roubo, aquele crime patrimonial violento que abarca todas as pessoas, todas as classes sociais, das mais variadas formas, seja aquele roubo a pedestre, aquela subtração, aquela tentativa de subtração de um objeto mediante violência, mediante grave ameaça – dificilmente, hoje, nós não conhecemos, se não fomos vítimas, alguém que não tenha sido, seja familiar, amigo, alguém do nosso círculo de relações. Então nós reputamos que hoje o combate ao roubo é a principal atribuição da Delegacia Distrital por todas essas razões que eu acabei de referir. Não estou dizendo que é um crime mais grave, por exemplo, que o homicídio; mas, dentro da atribuição das delegacias de bairro, das Delegacias Distritais, tendo em vista as atribuições especializadas, é, sim, o crime mais grave que precisa ser reprimido com maior atenção. Do roubo deriva aquele roubo mais grave, que é o latrocínio, que tem sido pauta de tantas matérias jornalísticas, televisivas, enfim, tem sido muito explorado pela imprensa. O que é, então o latrocínio? É quando, em decorrência daquela situação de roubo, ocorre o evento morte. Ele se diferencia do homicídio porque, no homicídio, a motivação pode ser uma disputa por pontos de táxi, uma motivação passional; e, no latrocínio, a motivação é a subtração de um bem: o sujeito mata para ter para si um bem daquela pessoa que sofreu a violência. Então esse crime é o crime mais grave de atribuição das Delegacias Distritais. Neste ponto, nós temos uma notícia importante, um número importante. Nesse mesmo período do ano passado, no primeiro trimestre do ano, Porto Alegre registrou dez latrocínios entre os meses de janeiro e março. Neste ano, nós tivemos quatro latrocínios. O ideal é que não tivesse nenhum, mas houve uma redução significativa, e isso se deve às constantes ações da Brigada Militar, diariamente, e às constantes operações policiais, seja dos departamentos especializados, notadamente, como a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, seja das Delegacias Distritais, que, diariamente, retiram das ruas, através de investigações, pessoas envolvidas nesse tipo de crime. Como eu digo, as prisões são diárias: o Dr. Cleber Lima prendeu ontem ou anteontem dois; o Dr. Ordahi, na semana passada; e, hoje, só para citar um exemplo, o colega da 2ª DP, o Delegado César Carrion, foi a São Borja e prendeu um sujeito reconhecido em 15 roubos a pedestres na área da 2ª Delegacia de Polícia. Então, normalmente, as pessoas roubam em determinadas áreas – por isso, a importância de a Delegacia Distrital dar a devida atenção para esse tipo de crime. O roubo a ônibus, aquele que se ocupa do transporte

coletivo... A Polícia Civil, hoje, tem uma força-tarefa que atua nesse segmento. São sempre mais ou menos aqueles sujeitos que atuam em determinadas zonas. Então, normalmente, quando se consegue elucidar, mediante o reconhecimento, por fotografia ou pessoal, um roubo em determinada região, possivelmente outras pessoas, ao se depararem com aquela imagem, com aquela fotografia, com aquela pessoa, vão acabar reconhecendo ali o seu agressor. Está aí a importância do trabalho da imprensa na divulgação dessas prisões. Por quê? Porque, às vezes, o sujeito vê na televisão, reconhece que foi assaltado por aquele indivíduo e vai à delegacia. Aquilo possibilita que outros inquéritos, então, sejam elucidados, que outros processos ocorram, e, enfim, vai se materializando.

A repressão criminal é justamente isso. A Polícia Civil tem essa atribuição de atuar depois da prática do fato, diferente da Brigada Militar – possivelmente, o Tenente-Coronel Douglas vai referir quando falar da sua atribuição –, é uma atividade de prevenção, de estar presente, de não permitir que o crime aconteça. A Polícia Civil atua quando o crime aconteceu; a partir dali tem, então, atribuição – e conta muito com a comunidade. Nós temos o 181, que é o Disque-Denúncias da Secretaria da Segurança Pública; o 197, que é o da Polícia Civil; o 190, que é o da Brigada Militar. Essas informações que vêm da comunidade não têm nenhuma necessidade de identificação, a pessoa não se expõe para falar, para trazer uma informação, e isso é de grande valia para a investigação policial. Então a participação da comunidade é fundamental.

Enfim, a Polícia Civil vem procurando cumprir o seu papel, como eu disse, em Porto Alegre, canalizando todos os seus esforços para o crime de roubo, que é a criminalidade mais violenta que a gente tem dentro da atribuição do distrito. Eu tenho certeza que é aquela que mais causa temor em cada um de nós quando os nossos filhos saem de casa, quando a mãe, o pai e o irmão estão na rua. Quer dizer, eu acho que a principal preocupação de todo mundo hoje é quando vai descer do carro, se vai ter segurança para voltar. Então eu acho que essa é a principal função, hoje, das Delegacias de Polícia Distritais. Eu permaneço à disposição aqui na Mesa. A fala inicial era essa, Presidente, trazer aqui o papel da Polícia Civil, o que a Polícia Civil tem feito, a sua missão. Dentro desse contexto, eu acho importante também uma decisão que terminou nesta madrugada, que marca uma reafirmação de uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da possibilidade da execução da pena privativa de liberdade, quando há a

pág. 6

confirmação ou a condenação em 2ª Instância. Digo isso, porque muitas vezes, a Polícia Civil e a Brigada Militar trabalham em cima do retrabalho. Muitas vezes, pessoas que já foram presas, que já foram condenadas, que, de alguma forma, já foram localizadas, identificadas pela Polícia, por um ou outro motivo, acabam sendo soltas já que a legislação permite diversas interpretações, e o sistema recursal é bastante vasto. Enfim, a reafirmação dessa jurisprudência é um ponto positivo para os órgãos de segurança, traz uma efetividade maior para a percepção penal.

É isso. Permaneço à disposição para qualquer novo esclarecimento dentro das atribuições da Polícia Civil.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Delegado Eduardo Hartz, representando o Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul.

O Tenente-Coronel Douglas Soares, representando a Brigada Militar, está com a palavra.

SR. DOUGLAS SOARES: Boa noite a todos. Agradeço esta iniciativa da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de se reunir sobre esse tema da segurança pública com as pessoas da comunidade. Nós, do 11º Batalhão, uma das seis unidades com responsabilidade territorial, já temos uma prática de prestação de contas. Regularmente, reunimos a comunidade para prestar contas do que fizemos a fim de nos aproximar e dar o retorno do serviço que é prestado para ela. A última vez foi aqui neste ambiente, quando conseguimos atrair os 24 bairros que o 11º Batalhão atende. Nessa prestação de contas, passamos o que fizemos no ano passado. Como disse, o nosso Batalhão tem uma área bem extensa, é um grande quadrado, que começa na Ipiranga, Estrada do Forte, Lucas de Oliveira e vai até a Arena, Humaitá, Aeroporto, tendo, assim, 300 mil pessoas morando nesse grande território. E a grande ferramenta para conseguir otimizar os meios é a nossa comunicação com a comunidade.

O processo de gestão do 11º Batalhão segue as diretrizes de todo o policiamento da Capital, que, sob a batuta do Cel. Jaques, nos foram passadas seis temáticas para que nós trabalhássemos no processo de gestão do ano passado, que teve bons resultados. Então, duas dessas áreas foram fundamentais. Uma foi a nossa comunicação social com a imprensa e, principalmente, com as comunidades. E a outra foi a questão de agregar tecnologia ao serviço policial. Essas duas áreas foram fundamentais e, como o próprio

Delegado disse, com isso acabamos tendo uma redução em todos os índices criminais, principalmente do roubo a veículos, a estabelecimento comercial, a transporte coletivo, e outros crimes que criavam muito tumulto na nossa área. Mas a palavra-chave para essa redução foi a interação com a comunidade. A nossa comunicação social começou a participar dos grupos comunitários de WhatsApp, começou a abrir páginas de comunicação direta e de informações para que a população tomasse condutas seguras, que evitassem que ela entrasse em uma situação de risco. Vou citar alguns exemplos de grandes eventos que temos aqui nas áreas: jogos de futebol na Arena do Grêmio; eventos artísticos no Pepsi On Stage; aglomeração de pessoas nos hotéis, no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Para que as pessoas transitassem nesses ambientes, nós usamos como ferramenta, a nossa comunicação social. Isso foi primordial para que houvesse uma aproximação da nossa comunidade com o serviço policial. Sempre partimos do princípio de que pessoas bem orientadas não se colocam em situação de risco e assim, para a segurança pública, é fundamental. Então nós investimos muito forte nisso e tivemos bons resultados na diminuição dos índices criminais. Para terem uma ideia, nesses 24 bairros, em um único dia, há 12 meses, chegamos a ter 22 carros roubados. Ou seja, 22 pessoas tiveram uma arma apontada para a sua cabeça e seus carros levados. A redução ainda não está em níveis ideais, baixou para cinco veículos roubados por dia; mas era muita coisa, era assustador! Roubo a transporte coletivo, nos 24 bairros da nossa área, tínhamos uma média de cinco veículos roubados. Qual é a palavra-chave para diminuição disso? A nossa relação com a comunidade, que passou a nos demandar onde se precisava do recurso policial, onde estava acontecendo o problema. Com a nossa interação, a comunidade começou a fazer registro policial, que gerava a estatística, que gerava o local onde estava acontecendo. Os resultados vêm aparecendo. É óbvio que ainda está longe de uma situação confortável, mas hoje começamos a ver que o serviço está dando resultado. A palavra fundamental para isso é a nossa interação com a comunidade. Essa comunidade, como foi referenciado aqui na Mesa, se uniu com 55 empresários, no Instituto Cultural Floresta, fez uma doação de R\$ 14 milhões para a segurança pública, sem nenhum tipo de isenção. Esses 55 empresários, na sua grande maioria, são nossos vizinhos, moram e trabalham aqui, têm as suas vidas dentro do Município de Porto Alegre, e eles querem segurança, querem paz. Eles encontraram apoiadores dentro da Brigada Militar, da Polícia Civil, para que

esse serviço fosse prestado com qualidade. Mas eles e nós, da segurança pública, queremos muito mais. Nós queremos organizar esse sistema, para que ele possa ser de uma funcionalidade mais adequada. Hoje, para doar para a segurança pública, como esses empresários fizeram, não foi uma tarefa fácil; foi uma tarefa extremamente burocrática e quase fez com que os 55 empresários fortes desistissem de fazer a doação. Porque, uma hora era ano eleitoral; outra, porque não podiam doar aquele teto.

O Delegado falou em marco legal, sobre a questão de prender pessoas que já têm condenação, que não precisam esperar o recurso para cumprir a sua pena. Esses marcos legais são extremamente importantes! E é a população que pode fazer com que eles aconteçam, por meio da sua posição junto ao Parlamento para que o processo legislativo mude, para que sejam colocadas em pauta coisas que vão reverter para a comunidade de maneira imediata. Hoje, a Brigada Militar e a Polícia Civil, de cada dez pessoas que prendem, sete já foram presas e, simplesmente, estão respondendo o processo em liberdade. Aí entra a questão do retrabalho, a questão do ficar enxugando gelo! Hoje vemos uma grande motivação da comunidade, dos empresários para que haja uma mudança de postura. O problema da segurança pública não é um problema do Tenente-Coronel Douglas, do Brigadiano que está ali na esquina, não. É um problema de todos nós. Segurança pública traz prejuízo para nossa sociedade, para nossas famílias, para nossas empresas, ela tem custo, aumento o custo do seguro do nosso carro, do valor do nosso condomínio, dos impostos, de maneira geral. Então, nós temos que trabalhar segurança pública como uma política de Estado, e para isso, nós da comunidade, temos que usar o Parlamento, para que o Parlamento ponha na sua pauta segurança pública como política de Estado, para que eu, funcionário do Estado, possa fazer as estratégias de segurança pública. Então, a primeira palavra para tudo aqui é a política de Estado, segurança pública, e nisso a comunidade é o fator primordial para que a gente possa trabalhar isso. A comunidade tem que forçar os nossos parlamentares a terem como pauta segurança pública. E como se faz segurança pública? Será que esses empresários agiram certo? Será que essa é a maneira correta? Será que o que eles estão pedindo agora, que é o marco legal, que é extremamente importante... Nós temos aí leis de incentivo à cultura, leis de incentivo ao esporte, por que não ter uma lei de incentivo à segurança? Talvez tenha chegado o momento de, já que estamos vendo o nosso condomínio subir, o seguro do nosso carro subir, isso tudo é custo, e quem é dono de

pág. 9

empresa agora tem uma figura chamada na lista de risco, que ganha para analisar o risco do prejuízo da segurança pública na sua empresa.

Então, esses encontros aqui são extremamente pertinentes, e nós, do 11º Batalhão que é uma as seis unidades da Capital, estamos usando a nossa comunidade como parceiros para vencer e diminuir os índices criminais. Estamos conseguindo isso de maneira gradativa, mas com muito apoio. Eu vejo aqui os líderes comunitários na platéia, e eu me permito não citá-los para não cometer o erro de esquecer algum deles, mas são meus amigos, porque os vejo no bairro quando vou dar minha corrida no bairro, quando vou fazer o meu patrulhamento. E eles são muito mais do que só usuários, eles são meus parceiros no combate à criminalidade dentro dos 24 bairros que compõem a área do 11 Batalhão. O processo de gestão do 11º Batalhão está dentro da estratégia para toda Porto Alegre, e esse processo passa pelo envolvimento comunitário. Sem a comunidade nós não venceremos essa chaga que é a falta de segurança. Todos nós queremos segurança pública e paz! Quem é que pode dar isso? São os policiais civis e militares. Então, nada mais justo do que fazer isso que os empresários fizeram com a doação dessas viaturas, armamentos e equipamentos. Valorizar quem pode dar segurança e quem pode dar paz à comunidade. Comunidade com segurança e com paz prospera, ela cresce, vai para frente, vai ter o seu patrimônio protegido e a sua riqueza aumentada. Então, precisamos cada vez mais do envolvimento comunitário.

Parabéns aos líderes comunitários que se fizeram presentes. Parabéns ao Parlamento municipal por estar reunido aqui, e sei que é o primeiro passo de muitos, mas nós temos que começar a botar como política de Estado a segurança pública, e a política de Estado passa pela mudança legislativa e pela criação de marcos legais para o apoio à segurança pública. Se nós conseguirmos fazer doações para peças de teatro, competições esportivas terem descontos em impostos, nós também conseguiremos a criação de dispositivos legais para a doação para segurança pública com diminuição de impostos. É inconcebível que se tenha feito uma doação de R\$ 14 milhões e não se tenha conseguido nada na diminuição de impostos. Então, temos que trabalhar isso junto aos Parlamentares municipais e estaduais.

E outra coisa é mudar o nosso processo penal. Essa questão de cada dez pessoas presas, sete já foram presas, isso é de judiar o coração de qualquer policial civil e militar. Cansar de ver o cidadão de maneira contumaz cometendo crimes e sendo processado

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública 05ABR2018

uma, duas, três, quatro vezes, e a solução não chega. Não há processo de gestão que dê resultado a isso. E quem é que pode mudar isso? Todos nós aqui. Nós temos que fazer frente aos nossos Parlamentares para que a mudança legislativa aconteça. Não podemos depender do STF para que eles se reúnam em um processo de onze horas e isso aconteça. Nós temos que fazer esse processo. Nós temos que provocar os nossos deputados, senadores, a fazer essa mudança, e isso começa de pouquinho em pouquinho, em momentos como este.

A Brigada Militar é a força da comunidade, e o 11º Batalhão está unido com seus 24 bairros aqui no flanco da Zona Norte. Muito obrigado e me coloco à disposição na sequência.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Tenente-Coronel Douglas. Eu vou passar a palavra para os Vereadores. Acho que é importante ouvirmos, Comandante Nádia, e depois nós seguimos aqui.

As inscrições estão abertas para os integrantes da comunidade que desejarem falar, e nós queremos ouvi-los. Estamos aqui trazendo as forças de segurança para isso. Agradeço a Unisinos, pela cedência do espaço, muito obrigado à Universidade, e agradeço aos nossos funcionários da Câmara Municipal, de todos os setores, da Diretoria Legislativa, o Diretor, Luis Afonso que está aqui, o pessoal do cerimonial e do protocolo, a infraestrutura, a imprensa e a nossa guarda da Câmara Municipal que está nos dando todo apoio também.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Boa noite, Presidente, boa noite pessoal que compõe a Mesa, todos que nos acompanham nesta Audiência Pública. Primeiro, Valter, te cumprimento por essa iniciativa. É tão difícil a nossa comunicação, às vezes, com a população, é o que eu sempre costumo falar, as pessoas não vão muito na Câmara de Vereadores. E se a gente não for atrás do que a Cidade está passando e está vivendo, fica difícil representarmos a sociedade da melhor forma possível e como eles esperam.

Então, eu acho que é uma grande iniciativa, segurança pública é uma questão que aflige a todos. Nós sabemos que a sensação de insegurança é muito maior, que a insegurança, isso é um grande problema. E é aquilo que eu falo: quem faz segurança pública nós

temos que aplaudir, Comandante Nádia, porque são uns verdadeiros guerreiros, homens e mulheres, que com todas as suas dificuldades colocam as suas vidas em risco para proteger a sociedade. É o que costumamos falar: segurança pública é função de todos, sociedade, políticos, Estado, no nosso caso, o Município. E um grande problema que temos hoje de segurança pública é a falta do Governo Federal em chamar para si a segurança pública. Nós sabemos da dificuldade financeira. A segurança pública precisa ter investimento, infraestrutura, e nós sabemos que o dinheiro que fica nos estados e no Município é muito pouco. Então, o Governo Federal deveria chamar mais para si essa responsabilidade no nosso País como um todo. E quero dizer que estamos aqui, e não vou falar muito, porque nós estamos aqui para escutar, para ver o que as pessoas vivem e o que acontece nos bairros para que possamos trabalhar e lutar para melhorar a nossa segurança pública em nossa Cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. O Sr. Milton Gomes Ribeiro, representando o Sincopeças, também está aqui presente. É importante a presença dos empresários envolvidos nessa questão.

O Sr. Fernando Dalmolin Ferraz, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro três Figueiras, Amatrês, está com a palavra. Agradeço muito a tua presença aqui.

SR. FERNANDO DALMOLIN FERRAZ: Obrigado, Presidente Valter. Nós que agradecemos a realização desta audiência pública. Eu represento a Amatrês, sou Presidente dessa entidade fundada há mais de 40 anos. Tradicionalmente, a nossa entidade trabalha e apóia as ações da Brigada Militar, das forças públicas. Nós temos que fazer um elogio, é obrigatório esse elogio é ao Ten. Cel. Douglas, porque ele restabeleceu a autoestima e a estima da nossa comunidade para com a Brigada Militar. Há alguns anos, as pessoas não queriam – foi citado aqui, eu acho que pelo Delegado – nem fazer ocorrência policial, porque desacreditavam completamente nas instituições. Então, de uns anos para cá, houve uma excelente gestão do Comandante Douglas junto a nossa comunidade, em especial, restabelecendo isso não só nos grupos de WhatsApp, mas na pronta resposta que a Brigada tem dado às demandas. Realmente sentimos essa melhoria no roubo a veículo – que era o nosso maior problema aqui na região, como foi citado pelo Comandante. Então, eu acho que nós temos que apoiar essas ações, essa

proximidade, acreditar nas forças públicas de segurança. Não vai ser a segurança privada que vai resolver os nossos problemas, é a Brigada Militar e a Polícia Civil. Então, parece-me um trabalho exemplar que vem sendo desenvolvido pelo Tenente-Coronel Douglas. Ao mesmo tempo, uma gestão incrível, mas com uma simplicidade no acesso à comunidade. Ele sempre se mostra solícito, ele e os seus comandados; o Capitão Guilherme Fregapani, que são pessoas sempre solícitas e exemplares no trato com a comunidade. Quero destacar também a Delegada Vandi Lemos, da 8ª DP, uma pessoa também incrível, em que pesem todas as carências enfrentadas pela nossa Polícia Civil, que são grandes também; ela também se mostra sempre solícita aos nossos anseios. Então, parece-me que isso tem que ser renovado aqui, Presidente Valter, nesta audiência pública. Tivemos a oportunidade de participar também, no ano passado, de um evento aqui com a Unisinos, que teve a palestra e a prestação de contas do Ten. Cel. Douglas. Então, essas ações têm que ser fortalecidas, têm que dar apoio, a legislação tem que abrir as portas para a comunidade poder apoiar. A comunidade tem que sentir que pode confiar nas forças públicas, e Amatrês está aqui para dar esse apoio sempre que preciso, em que pese não poderemos sempre contribuir como gostaríamos financeiramente, mas sempre podem contar com o nosso apoio institucional, comunitário. Enfim, saudamos essas ações, fortalecemos isso, estamos à disposição. E que esse trabalho se perpetue por muitos anos, que esse modo de tratar, da Brigada e da Polícia Civil vire um exemplo para a Cidade e para o Estado. Era isso.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. O Delegado Nelson de Oliveira, da Asdep, trouxe aqui o jornal Vale dos Sinos, da faculdade de Direito da Unisinos, do dia 05 novembro de 1997, que faz, na verdade, coro ao que o nosso Delegado Hartz acabou de falar, e todo mundo que estuda Direito Penal sabe. A Lei Penal tem o princípio da prevenção geral e a pena. Quando nós temos a certeza da impunidade, nós não temos freio nenhum para impedir a atividade criminosa. Infelizmente no Brasil, como diz o nosso Ten. Cel. Douglas, de cada dez presos, sete são reincidentes. E estava sacralizada, até ontem, a questão dos recursos, embargos, agravos, apelações que levam o cumprimento efetivo da pena quase que para um lugar infinito. Somado a isso, a situação prisional do nosso País e tudo o mais que a gente sabe, faz com que se chegue ao caos em que a gente vive e que, infelizmente, não é de hoje, como mostra o nosso

Delegado. Só que nos últimos anos, nós chegamos a números que são alarmantes sob todos os aspectos: 35 mortes por 100 mil habitantes é um número de regiões conflagradas no mundo. A Síria, que está em guerra civil, provavelmente ostente números alarmantes como esse, com mais de 500 mil mortos lá. E nós temos, por ano, no Brasil, 60 mil mortos pela violência urbana e pela criminalidade; é inaceitável em qualquer país civilizado. Quem está na ponta desse processo são as nossas forças policiais, mas quem está sofrendo isso é o cidadão, que não pode sair de casa com tranquilidade; que passa a noite em claro quando um filho sai; que não pode chegar de carro à noite porque acha que vai ter um revólver encostado na cabeça. Esse é o nosso problema.

O Sr. Delegado Nelson de Oliveira, representado a Asdep, está com a palavra.

SR. NELSON DE OLIVEIRA: Boa noite, Sr. Presidente; demais componentes da Mesa; senhores que compareceram aqui para prestigiar essa iniciativa meritória do Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, o que significa que Porto Alegre, tomando essa iniciativa – a meu ver, pioneira –, estabelece um divisor de águas. Daqui para adiante, o Município de Porto Alegre se integra nessa luta em consonância com os anseios mais profundos da população. Eu venho aqui, depois de 18 anos já aposentado da Polícia Civil, mas igualmente interessado tanto como ex-Delegado de polícia, enfim, ex-Policial, e como cidadão brasileiro para procurar dar essa contribuição em nome da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul, repositório natural dessas experiências. Desde logo, permito-me afirmar que tanto da fala do coronel, que eu endosso integralmente, como a do colega e dos demais, a segurança pública, que todos desejamos e que, às vezes, os leigos não identificam com precisão é uma ação de Estado; é uma resposta organizada, obviamente, do Estado. E o que nós temos é que a tal da resposta, quando existe, é desorganizada, ou não organizada. Não podemos confundir – aqui me permitam, eu tenho uma posição muito crítica e eu vou avançar nesse terreno – segurança pública com policiamento. Pelo breve relatório, sintético relatório que os ilustres e experientes policiais da ativa aqui, como o Coronel e o colega mostraram, as Polícias estão qualificadas para fazer o seu trabalho. Qualquer delegado de polícia, qualquer oficial da Brigada Militar, olhando para dentro da sua instituição, obviamente, a resposta dele é de satisfação, é excelente. Todos têm a consciência tranquila de ter dado o melhor de si, mas mesmo assim, olhado pela cidadania, o trabalho

pág. 14

e o resultado, muitas vezes, até pífio, tanto que o que se vê é a perda de controle da criminalidade, não pelas polícias, que fazem o máximo e que inclusive agora estão oferecendo em holocausto a vida dos seus próprios componentes, e a fúria da criminalidade não cessa. Em se tratando de uma promoção da Câmara Municipal, acabei de passar para o Ver. Nagelstein um projeto que protocolei de estruturação da segurança pública, Plano Nacional Integrado de Segurança Pública, em 1996, que, como todos devem concluir, nunca foi aproveitado sequer para o que quer que seja. Previa, na época, e continuo comungado essa ideia, não abro mão, até porque a ideia é minha e luto por ela por convicção pessoal, é de que, primeiro, deveria a resposta do Estado e não dos governos estruturar-se num projeto nacional e, a partir daí, finalmente, criar um instrumento que seria previsto ali, em 1996, o Ministério da Segurança Pública para executar esse projeto. E o que se viu é que só agora, por circunstâncias absolutamente alheias a vontade do próprio Governo, teve que ser criado um Ministério às pressas, que anda às escuras, perdido, numa intervenção criada ilegalmente porque tinha que ser por lei complementar e não medida provisória, está escrito na Constituição, qualquer um pode levantar a ilegalidade formal dessa iniciativa e que segue lá. E agora, general, qual é o projeto? Nenhum. Vamos subir o morro? Não vamos subir o morro? Vamos ou não vamos. Nesse meu projeto, vou me restringir um pouco, defini o Município na ordem dos entes federados – União, Estados, Municípios –, como credor de policiamento, por óbvia razão. Porque é no Município que os cidadãos moram e é no Município que os cidadãos praticam e sofrem os efeitos da criminalidade. E a criminalidade tem duas vertentes: a criminalidade propriamente dita, a infração penal; e a violência. Na questão da criminalidade, o Município é credor da repressão criminal, mas, na questão da violência, está lá na Constituição Federal, no art. 23, inciso X, as competências concorrentes da União, Estados e Municípios: erradicar a pobreza para evitar a marginalização. Parou por aí o legislador constituinte. Eu diria um pouco mais: marginalização, que já é produto da desigualdade, que passa a acentuar essa desigualdade e que leva a linguagem do conflito; quanto mais marginalização mais desigualdade, e essa equação cruel acaba por criar a linguagem inevitável do conflito, que devolve para a sociedade o convívio da linguagem do conflito, que é a violência. E aí, nesse ponto, com políticas públicas que procurem evitar a marginalização está a competência constitucional dos Municípios, dos Estados e da União. Mas nós vivemos num País, senhores e senhoras, em que só agora,

apesar de, desde 1988, estar escrito na Constituição Federal que segurança pública é dever do Estado, até o ano passado, início deste ano, antes da intervenção no Rio de Janeiro, o Presidente da República, professor de Direito Constitucional, tomava a liberdade de dizer que é dever dos Estados. Isso é uma fraude, não tem esse “s”. O estado regulamentado pela Constituição Federal é o estado brasileiro como um todo. Aí, agora ele se deu conta, mudou rapidamente de ideia e assumiu o papel imediato e corriqueiro de atender policiamento, que é a fase mais concreta, mais objetiva, o capítulo final do processo de segurança pública, que é a parte operacional, obviamente, acompanhada do perfil financeiro. Mas isso tudo fazendo agora, assim, às pressas. Eu posso dizer que se repetiu a tragédia brasileira, não essa que nós assistimos, Vereador, das estatísticas, dos 60 mil assassinatos, não. É que 27 Secretários de Segurança e agora mais o Ministro da Segurança Pública, no Brasil, trabalham de improviso. O que me chama a atenção é que todos nós sentimos a tal sensação de insegurança, e tomo a liberdade de oferecer uma definição do que seja sensação de insegurança. Não é covardia, não é medo, não é desespero de cada um de nós, sensação de insegurança é a constatação racional, fria, de cada um de nós, que tudo isso está acontecendo e que nada está sendo feito para que amanhã não se repita, e, de mal a pior, está aumentando fora do controle. Nós vivemos num País que convive com o estado paralelo que desafia a soberania do Município, a soberania do Estado e da própria União. Não é preciso mencionar que tem lugar... Por exemplo, o Município é soberano na oferta dos seus serviços. Então, o Município oferece, ali na Vila Cruzeiro, serviço de saúde e, se a bandidagem não permite o médico entrar, a população não tem atendimento. O Município deu a última palavra? Não, porque a bandidagem não quer. Então, desafiam e violam em territórios impenetráveis, como são impenetráveis as galerias dos presídios, onde estão os gabinetes dos governantes do estado paralelo. O estado paralelo criminal no Brasil tem até força aérea agora com os *drones*, tem ministério das comunicações, com os telefones, e por aí vai; tem o viés financeiro, tem as encomendas, tem guerra própria, tem tribunais que decretam a morte, a morte de policiais e a morte dos seus próprios adversários. Nós convivemos com o estado paralelo. Então, agora, numa equação simples, se quisessem fazer alguma coisa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. NELSON SOARES DE OLIVEIRA: Sei. Só diria uma breve equaçãozinha. De onde vem a violência e a criminalidade? Da arma. De onde vem a arma? Dinheiro. Porque bandido não rouba arma, ele compra, e compra bem caro. De onde vem o dinheiro? Da droga de fora do Estado do Rio Grande do Sul. No caso, totalmente no que faz o Estado do Rio Grande do Sul credor da negligência da União que nunca vedou as fronteiras e deixa que esse inferno venha para cá. É outra equação. Então o tema é longo. Vou encerrar com uma frase que é uma definição que, para mim, é uma preciosidade que carrego comigo. Particpei no Núcleo de Estudos da Violência, em 1996, na Universidade de São Paulo, num Seminário Internacional de Segurança Pública, e perguntei a um professor da Sorbonne: professor, se a polícia não atua nas causas da criminalidade – criminalidade enquanto comportamento social –, como ela pode alterar o resultado? Ele fez silêncio, não disse nada. E eu digo: se a polícia não atua nas causas, atua só nos efeitos, ela não pode alterar os resultados. Posso afirmar, doutor – professor da principal universidade do mundo, a Universidade Sorbonne, um sociólogo –, dizer que polícia não tem nada a ver com criminalidade, na medida em que ela não controla a sociedade, controla só os efeitos de alguns crimes, no que pode até trabalhar muito bem? Houve um silêncio. Eu deixo aqui, como o encerramento da minha fala, que, nesse sentido, como comportamento social, a criminalidade como produto do comportamento social, como resultado, não é assunto de polícia, é assunto de Estado! Polícia lida com efeitos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado por contribuir com o seu conhecimento, Delegado Nelson. Nós vamos precisar do senhor nas outras discussões que vamos ter aqui na nossa Asdep.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Boa noite ao Presidente da Câmara, quero cumprimentar, em teu nome, os componentes da Mesa, essa seleta Mesa que tem o representante da Brigada Militar, Coronel Douglas; da Polícia Civil, Delegado Eduardo e todos os outros que aqui se fazem presentes; e a comunidade que está aqui. Realmente, Delegado, é um momento ímpar esse da Câmara Municipal parar e conversar sobre

segurança pública, que é uma pauta que, por óbvio, me diz respeito e muito. Eu tinha a impressão de que aqui deveria estar cheio, cheio de pessoas querendo trabalhar na questão da segurança pública, porque a Constituição Estadual e Federal são muito sábias em dizer que é dever do Estado a segurança pública, mas a responsabilidade é de todos. Muitas vezes nós reclamamos, e poucas vezes estamos juntos, fazendo, falando, opinando, criticando e sugerindo mudanças, porque quem mais sofre por falta de segurança pública é a comunidade. Eu sei do trabalho magnífico que o Douglas faz aqui na Zona Norte junto com os seus oficiais, aqui está o Wellington, e da mesma forma a Polícia Civil, em total sintonia com a comunidade, por isso que aqui os índices acabam, muitas vezes, reduzindo, e a criminalidade é prontamente atacada pelos dois flancos que nós temos, que é do policiamento ostensivo e da investigação criminal. Mas nós temos um terceiro ator que não está correspondendo com o trabalho da Brigada e da Polícia Civil, que é o sistema prisional. O nosso sistema prisional é falido. Enquanto não tivermos força para que esse sistema prisional efetivamente deixe preso, encarcerado quem não deve estar no convívio social, nós vamos ter o retrabalho que ambas polícias aqui falaram. É o enxugar gelo todos os dias. Isso perpassa pela legislação do nosso processo penal e da legislação penal mesmo, que é uma fala que nós temos que ter recorrentemente. Se as polícias estão fazendo, e há muito tempo, muito bem o seu trabalho, e mesmo assim a criminalidade ainda aumenta ou é reincidente muitas vezes – e eu sei que o Douglas deve prender a mesma pessoa duas, três, quatro, cinco vezes na mesma semana, se não no mesmo dia –, alguma coisa está errada. Nós vamos ficar correndo atrás da máquina, sempre, sem conseguir fazer a mudança necessária.

Eu achei que o Coronel Douglas falou muito bem quando falou nos Parlamentos; se não for exigido dos Parlamentos a mudança necessária, seja na legislação penal, seja na atuação dos executivos efetivamente ou na Cidade ou no Estado, os coitados vão continuar correndo atrás da máquina. O Município tem a sua parte enquanto detentor de segurança pública, que é o quê? A iluminação das ruas – e a gente sabe, a gente veio aqui escutar, quais são as ruas da Zona Norte que não estão iluminadas –, a poda de árvores, as calçadas bem estruturadas, boas vias de circulação que permitam aos carros efetivamente transitar, ter as crianças na escola, ter os morador de rua nos albergues, porque são os cancros que hoje o Município consegue executar, e isso não é, não diz respeito nem à Brigada Militar e nem à Polícia Civil colocar iluminação pública, cortar

árvores, podar arbustos, arrumar saneamento básico, arranjar creche para as mães deixarem os seus filhos e poderem trabalhar, evitando que busquem nas drogas ou em outro tipo de crime ou contravenção o sustento dos filhos, enfim. Nós temos que exigir que o Executivo, nos mais diversos níveis, faça a sua parte porque isso também é segurança pública.

Quando o Presidente Valter veio conversar comigo e com muitos outros Vereadores – também queria que os outros Vereadores estivessem presentes, não só a comunidade, porque isso é base de todo o Legislativo, porque ninguém vai à escola se não tiver segurança, ninguém vai ao posto de saúde se não tiver segurança, ninguém vai ao bar da esquina comprar um pão se não tiver segurança – para que a gente pudesse fazer essas audiências públicas, eu disse: mais do que necessário, mas para isso nós precisamos ouvi-los e dizer o que a gente precisa. Quando nós vemos a Câmara Municipal – e tem aqui o Felipe Camozzato e o Mendes Ribeiro –, as suas galerias cheias de pessoas que pedem pelas vítimas da sociedade, nós não vemos as pessoas que trabalham lá dentro. Então, fica a dica: encham as galerias para pedir o que vocês precisam, porque quem quer a facilidade do dia a dia está lá, bem, e gritando bastante. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. A Comandante Nádia falou algo muito importante e que eu gostaria que os senhores levassem, por favor. Nós somos 36 Vereadores, se a nossa expectativa, da Câmara, como Parlamento da Cidade, era que houvesse mais mobilização da sociedade organizada, também aceitamos com muita humildade a expectativa da sociedade de que mais Vereadores estivessem aqui. Aqui tem os representantes de alguns gabinetes, como o do Ver. Moisés, do Professor Wambert, e os Vereadores Mendes Ribeiro, Felipe Camozzato e Comandante Nádia. Tem mais algum outro gabinete? Do Ver. Ricardo Gomes está aqui também, faço esse registro. É uma audiência pública, é um momento legal e solene do Parlamento, tanto que nós estamos aqui com toda a estrutura da Câmara. A gente tem aqui a Diretoria Legislativa, o Diretor-Geral da Câmara, Dr. Omar Ferri Júnior, está aqui todo o nosso aparato, a nossa TVCâmara. Não é para dar luz para um ou para outro, não, é para colocar luz no tema segurança pública, e a Comandante Nádia falou uma coisa que é fundamental, e eu vou passar depois a palavra aqui ao nosso representante da Guarda, porque nós tínhamos pedido ao Prefeito, e vamos insistir com essa visão nas próximas

reuniões, para nós, a questão não se restringe à nuance repressiva, que é fundamental, mas àquilo que o nosso delegado falou, a uma visão holística do problema. Nós temos que pensar a questão da manutenção da Cidade, da limpeza das praças, da iluminação, a questão social, a questão dos moradores de rua, a questão do *crack*, a questão da falta de política ou ineficácia das políticas dos pequenos delitos, tudo isso que vai levando até o grande delito, a velha teoria aquela das janelas quebradas também. E aqui nós estamos fazendo um compromisso nosso, da Câmara, neste ano, de fazer a Câmara na rua. Quem está aqui é o Parlamento de Porto Alegre no bairro, para reunir com os moradores do bairro. Nós vamos continuar fazendo isso, até julho nós temos seis encontros desses.

A Sra. Cristina Buttelli, que é esposa do juiz que está lidando no dia a dia com isso aqui que o Tenente-Coronel Douglas falou, que infelizmente o juiz também é o Parlamentar, especialmente na questão federal hoje, porque é monopólio do Congresso Nacional a mudança da Lei Penal, se não, os nossos juízes vão continuar enxugando gelo, os nossos delegados lavrando auto de prisão, a nossa Brigada conduzindo, e vai continuar não acontecendo nada.

A Sra. Maria Cristina Buttelli está com a palavra.

SRA. MARIA CRISTINA BUTTELLI: Bom, já que foi dado um mote, eu vou dar um seguimento: a sociedade muito se queixa de que a polícia prende e os juízes soltam. Todo o dia se ouve isso na televisão, as pessoas sempre reclamando dessa situação. O que ocorre, que sabemos muito bem, é o problema da legislação, uma legislação ineficaz que causa esse retrabalho em que as pessoas são presas, são soltas, são presas e são soltas. E nós, hoje, estamos discutindo no País uma questão muito importante, que é a prisão em 2ª Instância e que, segundo consta, parece que o STF pretende mudar essa jurisprudência, esse pensamento – há uma discussão muito grande a respeito disso. Hoje existe um projeto já em discussão, que já foi apresentado, e nós, sociedade, devemos nos manifestar e pedir que isso seja mantido, que seja feita a prisão após o julgamento de 2ª Instância. Por quê? E eu não quero fazer um debate político aqui, mas é uma coisa tão importante – como foi dito pelo Tenente-Coronel –, que simplesmente essa coisa do solta, prende, prende, solta, o Judiciário fica assoberbado, a polícia fica assoberbada, é uma brincadeira de gato e rato, não tem sentido. Então, nisso teríamos que nos manifestar. E eu sou o tipo de pessoa que faz o seguinte, eu mando *e-mail* para Deputados e

Senadores direto. Eu não vou a uma sessão na Câmara, porque já estive em sessões na Câmara – e não querendo fazer críticas aos Vereadores, mas já fazendo –, debatem isso, debatem aquilo, tu ficas lá o dia inteiro para ser decidida uma coisa pela qual tu foste lá pedir, reclamar, seja lá o que for, e aí não é debatida, o assunto não é abordado, daí tens que ir no outro dia para participar da sessão. E aí os cidadãos que trabalham não têm tempo. Hoje foi dito aqui que está faltando gente, que deveria ter mais gente, mas nós estamos hoje numa situação no País em que todo mundo está participando de manifestações, todo mundo está preocupado com coisas muito grandes com relação à segurança, à economia e com relação a tudo que vem acontecendo no País, que é muito grave. Mas, enfim, vou retornar ao assunto da comunidade e dizer o seguinte: agradecemos ao Tenente-Coronel o empenho, a Polícia tem sido muito participativa no nosso bairro, e o que ele falou, a comunidade estando em contato por WhatsApp, se manifestando e pedindo apoio e sendo apoiado, é superimportante porque vemos um retorno. Porque acontece, às vezes, que tu vais fazer uma reclamação, um BO, aí o policial te diz, quem está lá te atendendo: “Ah, mas lá no bairro quase não acontece esse tipo de coisa”. Mas como não? O que eu sei é muitas das pessoas, muitas vezes, não vão fazer a ocorrência. Por quê? Achar que é um pequeno delito, acham que não vão ser bem atendidas, porque eu já passei por uma situação assim, tipo: cheguei lá e o pessoal achou que a minha reclamação era patética, porque tinham roubado os tênis do meu filho na praça e tinham ameaçado meu sobrinho, mas acharam tudo assim irrisório, sem importância. “Mas ninguém aqui vem reclamar disso”. Eu fiquei tão indignada que pensei: não vou mais vir reclamar. Desculpe fazer esse relato, é desagradável, isso já faz muitos anos, não foi no mandato de vocês, porque vocês estão bem mais atuantes. Enfim, nós queremos agradecer esse empenho, agradecer ao Presidente Valter o empenho dele também com essa preocupação com a segurança, e ele tem se mostrado muito receptivo às nossas reclamações.

E queria também dizer que o que está faltando muito hoje na sociedade é o respeito, os jovens não respeitam. E temos visto nessas manifestações da Marielle, é um total desrespeito à Polícia. Meu Deus do céu, eu fui ensinada desde pequena a ser supereducada, se eu sei que o policial vai me abordar, não é para eu ser deseducado, mesmo que haja um excesso, temos que ser educado, receptivo. E eu acho que está faltando isso: educação. As pessoas têm que ser educadas a respeitar hierarquias em

situações. E é o que não se vê, os jovens hoje estão completamente perdidos, acho que o Brasil se especializou em criar um bando de delinquentes. É o que nós temos: delinquentes no País, sejam ricos, sejam pobres, não é uma questão de pobreza, é uma questão de limites, uma questão de educação, uma questão de família. E eu acho que é isso que está faltando também. A família, hoje, tão preocupada em sobreviver no País, com tantos custos, com tantos impostos, com tantas situações de criminalidade, de todas as preocupações, não consegue nem sobreviver, que dirá cuidar dos filhos, mal consegue sobreviver para pagar as contas. Então, acho que tudo isso é uma questão que deve ser levada em consideração: as pessoas não vieram hoje, estão cansadas, chega a noite, o pessoal quer ir para casa, cair no sofá, às vezes, pegou ônibus, ou pegou um supertrânsito, então, é compreensível. Mas as coisas começam assim, poucos vêm, depois já vem mais gente, as pessoas vão se interessando, e é assim que as coisas começam a funcionar, tem que ter, pelo menos o mínimo, para depois irmos num crescendo. E, muito obrigado, mais uma vez, a todos vocês que vieram aqui participar e nos esclarecer.

Só para finalizar, estamos aqui virados numa Síria, talvez até pior, porque na Síria morrem 500 mil pessoas, em 7 anos, morreram mais de 70 mil pessoas por ano. No Brasil, se fala em 60 mil, mas se formos computar as chacinas, porque quando é feita uma chacina, eles computam como uma morte, eles não contam os 30, os 50 que morreram. Então, acho que não estão morrendo só 60 mil, estão morrendo, 80, 90. 100 mil pessoas no Brasil. É uma guerra civil instalada. Então, pessoal, vamos mandar nossas cartinhas para os nossos políticos, ou, quem puder ir às sessões da Câmara, vá às sessões da Câmara. Obrigada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Cristina. A gente precisa desse entusiasmo e que umas cartinhas sejam mandadas em outubro com o endereço certo. Se a gente não mandar uma carta, em outubro deste ano, só daqui a quatro anos. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa noite a todos, vou ser bem rápido e prático. Minha formação, na verdade, é administração, com ênfase em finanças.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública 05ABR2018

Casualmente, agora estou como Vereador, em primeiro mandato, mas empreendia até ontem. Então, eu gosto de tratar a coisa de uma maneira bem prática. Gostei muito da sua fala, delegado, me sinto contemplado pela sua fala. Eu acho que o problema da segurança pública, no Brasil, não é complexo; é um problema simples. Na verdade, complexo é fazer segurança dado ao estado de coisas que nós estamos vivendo. É por isso que cabe todo o nosso reconhecimento às forças de segurança pública. A gente sabe que a nossa legislação penal é uma vergonha, a gente sabe o que precisa ser modificado no Congresso Nacional, a gente sabe em quantos países se prendem somente após segunda instância – agora isso está sendo muito discutido, a gente sabe quão exceção é o Brasil, a gente sabe do prende e solta. Isso a gente sabe há muito tempo. Mas a diferença entre aquele político - e hoje me encontro na condição de político - que vai lá, promete e na hora de votar não vota de acordo, o que interessa é o que vota, é, de fato, fazer com que essas coisas sejam modificadas. A gente tem uma grande oportunidade, em outubro, para isso, para que parlamentares que vão estar no Congresso Nacional, a partir do ano que vem, votem de acordo com esse anseio. Eu trago aqui números, já que sou da área de finanças, que demonstram o descompromisso entre aquilo que se pretende e o que a população quer e aquilo que a gente pratica enquanto Estado. Vale lembrar que no Estado, basicamente a sociedade brasileira, e assim funciona com quase todas as sociedades, nós entregamos o monopólio da força para o Estado para que este nos proteja, proteja nossa vida e nossa propriedade. E o que a gente tem, no Estado brasileiro, é que, basicamente, se ignora esse preceito fundamental de constituição de um Estado e se vai para outras áreas, antes de resolver aquilo que deveria ser prioridade. O Orçamento público, só para ficar aqui no Estado do Rio Grande do Sul, e eu não quero me ater ao Estado do Rio Grande do Sul, porque esse é um problema nacional, mas eu peguei os números, agora do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2016, era de R\$ 60 bilhões. Sessenta bilhões arrecadados de impostos do contribuinte gaúcho reverteram em 1% de investimento na segurança pública. Um por cento! É impossível fazer segurança pública com 1% do Orçamento. Onde estão os outros 99%? Estão gastos em “n” outras prioridades que, certamente, não são as do cidadão que paga o seu imposto. Por isso eu digo que o problema da segurança pública, no Brasil, é simples, não é complexo. Complexo é fazer segurança com 1% do Orçamento, isso sim. Isso a gente precisa alterar no Congresso Nacional, precisa alterar na Assembleia

Legislativa e precisa alterar na mente daquelas pessoas que dizem que fazem segurança pública, mas exigem, dos seus parlamentares, quando votam em parlamentares, na hora de votar o Orçamento, votam a destinação desse recurso para outro canal, para outra área que não a de segurança pública. Então, só nos resta lamentar quando o orçamento aprovado destina apenas 1% para a segurança pública. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Sem dúvida, tinha que ser, no mínimo, uns 5% do Orçamento. Na crise em que nós estamos, mais do que isso certamente. O Sr. Milton Gomes Ribeiro está com a palavra.

SR. MILTON GOMES RIBEIRO: Boa noite, Presidente, colegas da Mesa, senhoras e senhores, se eu estivesse do lado de lá eu perguntaria o que uma entidade como a que eu estou representando está fazendo aqui. Nós representamos um segmento importante na nossa Cidade que é o empresariado que luta com extrema dificuldade para sobreviver neste momento de crise pelo qual o País atravessa. A crise é grande; os problemas são enormes, mas ao maior problema do Brasil, lamentavelmente, eu não vejo a maior parte desta Cidade se referir. O maior problema do Brasil, o grande problema do Brasil é o sistema tributário que faz com que nós vivamos nos Municípios, tiramos nosso sustento dele, mas o Município faz com que o Brasil, a sociedade, a federação seja poderosa, como? Existe uma pirâmide arrecadatória e, na base dessa pirâmide, está a Federação que recolhe 65% de tudo o que se arrecada e vai para essas burras da Federação; cerca de 30% fica com o Estado e apenas o resto fica com o Município. Enquanto nós não virarmos essa pirâmide totalmente, enquanto os Municípios não estiverem na base da pirâmide, os seus impostos, os seus emolumentos ficarem dentro dos Municípios, a parte do Estado deverá ser maior do que a parte da Federação. Enquanto isso não for feito, senhores, nós vamos estar enxugando o gelo. Perdoem-me, é essa a minha opinião, quixotesca talvez, mas eu acredito que, enquanto não fizermos isso, este País não vai mudar substancialmente, não vai. Precisamos virar. E como virar isso aí? Somente com políticos que vejam que esse sistema tributário é falido e não nos levará a nada, apenas ao que nós estamos passando hoje, a essa dificuldade terrível, essa crise monstruosa e que, sinceramente, eu não vejo solução se não mudarmos completamente, se não virarmos esse sistema tributário. A grande arrecadação, a riqueza do País está nos

Municípios, nos seus munícipes. Somos nós que criamos a riqueza deste País, portanto somos nós que devemos utilizá-la em benefício da sociedade brasileira. Senhores, é apenas isso o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Sr. Milton Gomes Ribeiro, que tocou num tema que é fundamental. Então nós abordamos dois grandes temas aqui até agora que são a reforma penal e a reforma tributária. O senhor disse e tem toda a razão, 10%, 12% do recurso do bolo tributário volta para os Municípios. E aí a Brigada tem que estar aqui no Município, a Guarda Municipal, as creches, as escolas, os hospitais, as delegacias de polícia, o esporte, o transporte público, enfim, todas as demandas. Todos nós temos lutado por isso também, a gente que é Vereador, que está mais próximo, sente exatamente isso. Enquanto isso, a velha política do toma lá dá cá de Brasília. Porque isso serve à troca, quando a gente tem que ir a Brasília com o pires na mão para pedir o que é nosso, como se um favor fosse. E isso serve ao sistema de coisas que está aí.

O Sr. Luiz Felipe Ranzolin Irigaray, Presidente da Amobela, Associação dos Moradores da Bela Vista, Mont Serrat e Boa Vista, está com a palavra.

SR. LUIZ FELIPE RANZOLIN IRIGARAY: Sr. Presidente, obrigado, o meu grande abraço a todos. A Amobela vai completar 15 anos, devidamente registrada, com CNPJ, está aqui o nosso fundador. Na verdade a Amobela vai traçar, na minha opinião, agora, um caminho um pouco diferente, inclusive acho que o que está desorganizado mesmo é a comunidade. Se a comunidade está desorganizada e o crime está organizado, é como dizem os representantes das nossas polícias, nós vamos ficar enxugando gelo. Então a Amobela, dentro dessa nova ótica, tem pensado assim: o que nós, comunidade, podemos fazer para ajudar? O que podemos fazer? Uma das atitudes que já fizemos, em colaboração com o 1º BPM, na pessoa do Cel. Douglas, está sendo praticada a reforma

do postinho da Brigada Militar, ali no bairro Chácara das Pedras, embora não faça parte da área abrangida pela Amobela. Na minha opinião, bairros são apenas divisões geográficas, porque Porto Alegre é uma só, e todos nós sofremos as causas e os efeitos desta situação na Capital. Temos um grupo de segurança – daqui a pouco o nosso Diretor Gilson, que também está aqui, vai se manifestar – que está fazendo a reforma da parte interna do posto. São abnegadas engenheiras e arquitetas, que fizeram uma vaquinha e conseguiram, através de doações financeiras e de materiais, fazer a conclusão da parte interna. E a Amobela vai fazer a parte externa para concluir toda a obra do posto, através de uma participação do empresário Dr. Sérgio Goldstein, que vai fazer toda esta área, sem custo nenhum para a comunidade, sem custo nenhum para a Associação. Ao longo desses dois anos em que sou Presidente, nós sempre estamos tentando cativar, sensibilizar a nossa comunidade a participar. Aí faço eco à manifestação da cara amiga Comandante Nádia, no sentido de que, realmente, aqui teria que estar cheio para a comunidade se manifestar, dizer dos seus anseios, das suas preocupações, da carência das demandas. No entanto, enfrentamos um sério problema – e eu, como Presidente de uma associação que contempla mais de 40 mil moradores, que é muito mais do que muitas cidades do interior do nosso Estado –, que se chama zona de conforto. Muitas vezes, inclusive, nas manifestações do Cel. Douglas, do Capitão Fregapani, do Capitão Wellington – estamos juntos nesta há quase três anos –, quando há uma manifestação de que as demandas caem: “Ah, houve menos roubo de automóvel”, em vez de as pessoas – algumas, não todas, não vamos generalizar – dizerem: “Que ótimo, vamos, então, colaborar mais, vamos participar mais, vamos incrementar mais”, elas dizem: “Mas que beleza! Diminuiu, então não precisa”. Quer dizer, há um efeito contrário, este tipo de mentalidade com o qual nós não compactuamos. Então, a ideia é exatamente esta, e eu o parabênizo, meu Presidente e meu caro amigo – porque eu desfruto a sua amizade – Valter Nagelstein: tem que sair e tem que vir para cá – não aqui, especificamente, como qualquer outro lugar – para que isso aconteça, para que as pessoas realmente tenham a noção de que podem contar, de que podem participar principalmente, e que podem, como colocou a cara senhora que me antecedeu, falar das carências que enfrentam, dos seus problemas, inclusive, de ordem pessoal, de chegar e dizer assim: “Eu estou num país em que não há mais crédito, está desacreditado; as instituições todas estão desacreditadas, quando não merecem. Faço jus à Polícia Civil, faço jus à Brigada Militar, faço jus à

pág. 26

Guarda Municipal, porque temos grandes parceiros. E todos são uníssomos em dizer: como podemos ajudar, Presidente, como podemos participar? E a recíproca é verdadeira. A Amobela diz? “Como podemos ajudar? Como podemos participar?”. E é isso que importa. Hoje, temos praças que há dois anos, por exemplo, estavam cobertas de grama alta, com carência de poda, inclusive praças que tinham como adotantes a iniciativa privada. Então, coube à Amobela visitar os adotantes e tentar sensibilizá-los a praticar realmente o que estava no contrato com a Prefeitura, e nós conseguimos. Hoje temos a praça Breno Vignoli, ali do lado do Grêmio Náutico União, que é o adotante, que, com a ajuda da Brigada Militar, com a ajuda da Guarda Municipal melhorou. Tinha ali algumas pessoas complicadas, cães em cativeiro, tinha até uma prancha de surfe jogada lá. Hoje, por exemplo, as pessoas podem usar a praça. E essas pessoas que usam a praça fazem com que o vagabundo não venha. Por quê? Porque a praça tem gente. Na praça Bela Vista também fizemos um grande trabalho com a Construtora Melnick, que é a adotante. Hoje é uma praça revigorada, com brinquedos pintados. Inclusive, o Dr. Milton Melnick recentemente comentou comigo que, para este ano, o orçamento da calçada já está feito. Então, nós vamos reformar toda a calçada. Então, a comunidade é que tem que fazer, a comunidade tem que agregar, a comunidade é que tem que fazer a sua parte. E é nisso que nas associações, meu caro amigo da Amatres, Fernando, temos que fazer, mesmo muitas vezes enxugando gelo nós também, porque, às vezes, as pessoas dizem que não sabem se vale a pena. Não tem problema. Nós somos abnegados, meu caro. E é por isso que a gente faz, sem dúvida. Quero manifestar o meu agradecimento a todos pela presença. Sejam sempre muito bem-vindos, e, Presidente e meus caros policiais da Polícia Civil, da Brigada Militar, da Guarda Militar, disponham. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Luiz Felipe. Quero compartilhar com os senhores e senhoras que a Câmara abriu mão de 50% da frota de veículos que tinha para servir a Câmara, doando para a Guarda Municipal de Porto Alegre. Nós tínhamos dez carros na nossa Casa. Não era para os Vereadores, os Vereadores andam nos seus carros particulares. Serviam administrativamente à Câmara. Nós fizemos um inventário, verificamos que era possível abrir mão de 50% da frota e entregamos à nossa Guarda Municipal, nesse esforço que tem que ser de todos nós de trabalhar pela segurança. Fizemos isso agora no final de mês de fevereiro.

O Sr. Everton Silva, meu caro representante da Secretaria Municipal da Segurança, está com a palavra.

SR. EVERTON SILVA: Boa noite, comunidade, boa noite à Mesa, boa noite, Presidente, não quero me estender muito, porque gosto de ouvir a comunidade. Eu sou chefe operacional da Guarda Municipal, trabalho no turno da noite, estou aqui representando o nosso Secretário Kleber Senisse, que não pôde vir. Que recado eu vim dar aqui? As Guardas Municipais no Brasil, há dois ou três anos, começaram a sofrer uma transformação, através da Lei Federal nº 13.022, pela qual as Guardas devem atuar mais junto à sociedade e junto à criminalidade, assim como integradas às forças policiais. Neste ano, conseguimos alavancar este trabalho conjunto, integrado com a Brigada Militar, com a Polícia Civil e com a EPTC, que não é uma força de segurança, mas é uma força que auxilia na fiscalização, inclusive de veículos, e temos feito barreiras, temos feito ações conjuntas, temos feito intervenções em vários pontos da Capital, assim como nos parques e praças em que já viemos trabalhando. Eu, particularmente, sou membro do Conselho Municipal de Justiça e Segurança de Porto Alegre – Comjus, em que discutimos e debatemos alguns assuntos sobre segurança e estou muito satisfeito com o trabalho da Guarda hoje, apesar – tenho uma longa carreira dentro da Prefeitura – de que falta muita estrutura. Como disse o nosso Presidente da Câmara, foram doadas viaturas, que em seguida estarão nas ruas. Nós carecemos muito de efetivo e precisamos da comunidade para que nos dê este retorno. E a cobrança. Sem a cobrança dos gestores públicos, não vamos atuar. Então, vocês, como comunidade, têm que cobrar dos Vereadores, têm que cobrar dos Secretários, têm que cobrar do Prefeito. É ele que vai dar o norte para as instituições do Município atuarem fortemente. Então, eu quero mais é ser ouvido, mas gosto de ser ouvido e gosto de ouvir, também, as pessoas falando. E já dei o meu recado. Gostei muito do convite e de participar. Participo de várias reuniões de comunidades. A Guarda sabe que, ao longo desses 124 anos, ela esteve sempre trabalhando dentro de comunidades, comunidades conflagradas, garantindo o atendimento de posto de saúde, garantindo o atendimento de escolas, garantindo o atendimento de unidades de saúde 24 horas. Nós temos problemas pontuais no postão da Cruzeiro da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, e às vezes esse trabalho não chega muito para a comunidade em geral. Então a Guarda trabalha assim. Hoje em dia, com o efetivo mais focado, um trabalho como o

Secretário fez mais focado nas operações. A legislação que vem mudando. O Município atualmente está mudando, fez a lei antivandalismo, os legisladores, e agora estão fazendo a lei da fiscalização. A Guarda, então, num futuro próximo deve fiscalizar todos e qualquer item do Município, qualquer competência. E isso está se encaminhando para agora, já, a Guarda já começou a trabalhar nesse sentido. Então eu agradeço pela oportunidade, cumprimento os colegas que estão trabalhando. Boa noite para vocês. (Palmas.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Muito obrigada, nosso guarda Municipal Everton. De pronto, eu passo a palavra para o Gilson Teixeira, da Amobela.

SR. GILSON TEIXEIRA: Boa noite a todos, eu não estava nem pensando em apresentar nada, mas acho que o assunto merece, vamos dizer assim. Faço parte da Amobela, onde criamos o chamando de grupo de segurança. Na verdade, ninguém entende nada de segurança, apenas estamos interessados, e o pessoal se dispõe a participar disso, reforçando o que o Luiz Felipe disse. O grande problema é a falta de apoio da própria comunidade ao redor da gente. Tu marcas uma reunião, aparece 10% do previsto. Eu acho que nós conseguimos fazer quase um milagre, nós conseguimos botar 25 síndicos que compareceram à reunião sobre segurança no Bela Vista. Eu acho que foi quase recorde, segundo o pessoal que está há mais tempo na associação. Na verdade, nós criamos esse grupo, sem experiência nenhuma. Eu acho que eu comecei a puxar alguma coisa, baseado em um exemplo que eu vi em Lima, no Peru, onde morei. Lá tem um exemplo que deveria ser colocado. É um policiamento que se fala muito hoje, a videovigilância no bairro, porque em Lima, cada bairro é um Município. A capital é separada em Municípios. O bairro em que eu morava tinha mais de 500 câmeras na rua. E é um sistema, talvez, um pouco diferente do de Porto Alegre. Eu não conheço o de Porto Alegre em detalhes, mas lá é um sistema totalmente descentralizado. São pequenos postos que cuidam de 16 até 32 câmeras em diversos pontos do bairro, a maior dos postos são nas praças, é uma espécie de contêiner bem visíveis, iluminado, para todos verem mesmo que está ali. E esse pessoal controla próximo ao seu local, vamos dizer assim. Problemas maiores eles comunicam à central. Delitos pequenos são

pág. 29

atendidos diretamente pelo pessoal do posto. Coisas maiores têm outro nível de repressão, vamos chamar assim. Então isso que eu vi em Lima, eu passava, caminhava todo o fim de semana, policiamento muito intensivo, mas totalmente descentralizado. Eu acho que funciona muito bem. Lá, no caso, há bicicleta, policial de bicicleta, policial de moto, policial de caminhonete, policial a toda hora. Não tinha um fim de semana que saísse a caminhar na rua e que não passasse por três, quatro policiais em diferentes níveis: bicicleta, moto, carro. E outra coisa importante, por exemplo, cada praça tinha um vigilante. A praça que eu atravessava para ir trabalhar tinha um cadeirante, um policial cadeirante com rádio, que não estava armado. Mas é uma pessoa que conhece o bairro, conhece o local e qualquer coisa estranha ele vai chamar... Então essa é a ideia que a gente está tentando transmitir no bairro, de informação, quer dizer, nós estamos tentando. Na próxima semana tem uma reunião sobre isso; na verdade, nós criamos uma área piloto dentro do bairro Bela Vista. É uma área pequena, é a ideia é tentar começar pequeno para depois expandir. Se for tentar o bairro inteiro, nós não vamos fazer nada nunca. Então nós escolhemos uma área piloto. A nossa ideia, por exemplo, é interligar todas as portarias dos prédios, ter câmeras nos prédios. Não pode ter câmera na rua, mas câmera no prédio que tenha visão das ruas. E vamos tentar essa nossa ideia. Mas vai faltar ainda a parte... Podemos até identificar um problema, mas não podemos fazer nada, porque aí é a Brigada. O nosso plano é apenas ter informação preventiva. Do meu ponto vista, não adianta ter uma câmera para registrar que houve alguma coisa. O exemplo do Peru é bem claro, por diversas vezes na televisão eu vi lá: o ladrão roubou aqui, ele não anda 100 metros, porque já o pegaram lá na frente, porque o estavam cuidando pela câmera. Mas isso, eu vejo, não é mandar 500 imagens de câmeras para um salão de 100 metros, não é isso. O modelo peruano são coisas descentralizadas que atendem rapidamente. Um raio, talvez, de atuação do posto seja de 500 metros para cada lado, porque são diversos, são 32 desses centros espalhados no bairro. Esse posto é um contêiner, nada mais do que isso. Segundo eu lembro bem, eram dois operadores de monitores e um ou dois policiais. Então qualquer coisa próxima, é ali, não tem que esperar, chamar alguém que venha lá do outro lado da cidade. Esse é modelo, estou apenas colocando uma ideia para ser estudada e colocada da descentralização desse tipo de coisa. Nós chegamos a pensar, na verdade, nosso primeiro plano, a primeira proposta era propor isso na praça Bela Vista, botar um contêiner lá com monitoramento.

Mas aí começou: mas não pode, a Prefeitura não vai deixar, tem um jardim em que não pode fazer e tal. E aí a coisa não foi para frente. Mas esse tipo de coisa eu acho que nós temos que começar a enfrentar. Um posto desses em uma praça, que não vai incomodar na praça, pode ser o ponto de acessar rapidamente esse tipo de coisa. Essa é a colocação. Nós somos de um grupo de segurança em que ninguém entende nada de segurança. Quero deixar bem claro. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Na verdade, Sr. Gilson, toda a comunidade entende de segurança quando precisa dela. Isso é importante, trazer para os dois, para a Brigada Militar e para a Polícia Civil, o que estão sentindo. Então vocês são os detentores do conhecimento, porque vocês vivenciam na rua. E isso é importante. Eu digo sempre, a Brigada Militar e a Polícia Civil trabalham com informações. Muitas vezes as pessoas sabem onde acontecem os problemas, sabem dos traficantes. Se ligar para o 190 ou para o 197 e der essa informação, mesmo que de forma sigilosa, não precisa se identificar, tenho certeza de que vai alguma viatura, vai algum policial fazer investigação – isso é um alento para a comunidade.

O Sr. Filipe Mansur, do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, está com a palavra.

SR. FILIPE MANSUR: Boa noite a todos, queria agradecer a oportunidade por estar aqui presente, agradecer à presidente da Mesa e aos membros; na verdade, eu vejo uma participação mais efetiva da sociedade e dos entes políticos também, junto com membros que representam o Estado, seja da segurança pública, seja de pessoas interessadas em um objetivo comum, que está cada vez mais em voga, p que não é de hoje, é uma consequência do que não é feito há um longo tempo; agradecer ao membro da Guarda Municipal, do Comjus, tenho acompanhado sempre as reuniões mensais no Comjus. Agradeço principalmente ao pessoal das associações de bairros que se mostram cada vez mais efetivos. O Instituto Brasileiro de Segurança Pública, na verdade, é uma organização da sociedade civil, reconhecida pelo Ministério da Justiça, que tenta trazer exatamente essa participação em conjunto com a esfera política, os órgãos públicos, principalmente Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Susepe entre outros, inclusive tenentes-coronéis aposentados, tem membros ativos da Brigada Militar, posteriormente terão outros, pois a gente está na fase inicial, com a participação também

de associações de bairros. Então, a gente quer ter não só membros que sejam participativos, mas fazer um conjunto mais efetivo, mais executivo, mais participativo, junto aos órgãos públicos. Por exemplo, há demandas que vem das associações dos bairros, das OSCIPs, organizações que são reconhecidas, para terem participações mais efetivas junto, com um filtro, um direcionamento mais executivo. Às vezes, a gente chega em reuniões de bairros com grandes demandas, que, às vezes, acabam esbarrando... A gente entende, como disse a esposa do Juiz, que a sociedade sente uma falta e, às vezes, simplesmente, se desinteressa de fazer, porque, às vezes, acha que não tem efetividade. Então, acho que a oportunidade de estarmos aqui, de despendermos o nosso tempo, de estarmos presentes aqui até esse horário, por exemplo, gastando a nossa energia, que, por vezes, a gente acha que não dará resultado ou que a gente está enxugando gelo. Eu acho que é necessário muito mais essa participação efetiva, daqui a pouco, dos entes públicos, seja da política, seja dos órgãos públicos, e da sociedade, para sabermos que temos formas e temos meios. O que precisamos fazer? Precisamos nos unir mais, seja como associações que estejam com outras entidades, como essas OSCIPs, o que, ao meu ver, até hoje, nunca foi buscado, às vezes, por falta de informações, porque às vezes, a gente esbarra em muitas burocracias, mas tem como se estar mais participativo junto à sociedade. Acho que, antes de funcionários públicos, antes de políticos e antes de membros de associações, somos todos cidadãos que querem um objetivo comum que é a segurança pública. A segurança pública, eu discordo um pouco, não é só o repressivo, também é preventiva, é educação, é saúde, é a questão das políticas sociais, políticas que estejam incentivando a todos. Então, vai muito mais além - às vezes são detalhes. Ontem, tive a oportunidade de estar num evento de segurança pública municipal, no qual estava o Secretário de Segurança Pública de Porto Alegre, o Senisse, e o Secretário Estadual de Segurança. As OSCIPs têm esse poder de participar, mesmo sendo um evento um pouco mais fechado, mais para membros da segurança pública em si; por termos esse vínculo como oficial da justiça temos acesso um pouco mais efetivo. Então, coloco-me à disposição, principalmente aos membros das associações, para que saibam que existe essa possibilidade de criar uma efetividade, de passar essas demandas que são da sociedade e ser um meio de interligação entre os órgãos e, às vezes, até entre os empresários. Por exemplo, a OSCIP tem a permissão de ter o abatimento fiscal do imposto de renda. Então, uma empresa que tenha um lucro real

pode fazer a doação de até 2% do seu lucro, que seria utilizado para pagar o seu imposto de renda, doar direto para uma OSCIP, que tem a facilidade de poder ser direcionada para os itens. Então, é uma transparência, buscar uma transparência que vai muito mais além. Então, as doações que foram feitas, agora, pelo Instituto Cultural Floresta, é um exemplo. Infelizmente, muitos falaram que “poxa, a gente já paga imposto e ainda vai ter de pagar mais isso”. A gente paga impostos, são altos, mas, a partir do momento em que a gente começa a tomar atitudes, como essas que foram feitas pelo Instituto, a gente tem essas ações mais efetivas. A gente precisa realmente de um ponto de partida, que, acredito, tem muito mais a se fazer, mas é um ponto de partida. O que os grupos de empresários fizeram foi um exemplo. Obviamente, a gente tem outras formas. Agora tem a lei que, provavelmente, vai ser aprovada, que é a do abatimento fiscal sobre o ICMS, que vai dar uma grande vantagem para essas doações direcionadas. Então, acho que é uma oportunidade de nos unirmos. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui, mas digo que há, realmente, a possibilidade de uma integração real entre políticos, membros públicos e a sociedade. Então, agradeço, principalmente por vocês despenderem o seu tempo e estarem aqui. Provavelmente, nos veremos em outros eventos, e espero que a sociedade possa estar mais à frente, direcionando essa pauta que é tão importante para a segurança pública. Obrigado, boa noite a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): A fala do Felipe vem ao encontro ao que eu iria dizer agora. É importante as associações divulgarem que a Câmara de Vereadores está presente. Ao invés de a comunidade ir lá, nós viemos aqui; serão seis edições dessas audiências públicas. A próxima vai ser na área da Zona Leste de Porto Alegre, para que a gente abranja todas as zonas. Por óbvio que a gente quer demandas – o Presidente está aqui, eu já tentei passar a Presidência para ele, mas ele quer que eu fique. Isso não se encerra aqui. Essa audiência é o início de um “vamos dar as mãos”, e a Câmara quer ajudar. Então, colocamo-nos à disposição, não é Presidente, tenho certeza de que é a sua fala, de que é o início para nós tentarmos, sim, reduzir a criminalidade e fortificar nossos órgãos de segurança pública.

O Sr. Roberto Gonçalves, concursado da Guarda Municipal, está com a palavra.

SR. ROBERTO GONÇALVES: Boa noite a todos. Eu quero agradecer, em nome dos concursados da Guarda Municipal, o trabalho dos Vereadores e da Comandante Nádia. Sintam-se todos cumprimentados, pois não vou lembrar o nome do todo mundo. Eu, antes de mais nada, quero passar a sensação de segurança. Eu moro há 35 anos no bairro Humaitá e o que eu percebo é que realmente a Brigada está fazendo um ótimo trabalho. A gente vê mais viaturas, mais armamentos, verba. Não é nenhuma crítica, mas a gente ainda não tem aquela... Sensação completa, não se vai ter; ainda você vai a um local, você tem de parar para olhar em volta. Agora, recentemente, nesta semana, uma vizinha foi assaltada. Eu estava com o celular, andando na rua, e ela falou: “Roberto, guarda o celular, porque eu fui assaltada agora há pouco, pela manhã”. Um carro, na frente do posto com quatro indivíduos dentro a seguiu e, simplesmente, saíram com uma arma e tomaram o celular. E o que tu fizeste, ligou para a Brigada? “Não, eu nem liguei, porque não adianta.” Então, não é verdade. A gente sabe que tem um trabalho, a gente tem acompanhado os resultados, mas a gente ainda tem muito a fazer. Um senhor ali falou sobre a questão tributária, um projeto. A gente tem visto muito trabalho lá em cima, mas, por exemplo, no bairro em que moro, temos crianças no tráfico de drogas, mula, pessoal aliciando. Então, é um trabalho árduo, difícil. A questão é a de unir forças, não só na parte policial, mas na parte de políticas públicas. As crianças estão ali, os pais vão trabalhar, nessas vilas, e ali estão acontecendo as coisas. E aí alguém falou que tem de botar na cadeia, deixar o resto da vida preso e tal... Mas isso está cada vez se formando, entendeu? Está um pouco abandonado. Eu moro no local; digo, não no local, mas tenho acesso, e realmente a gente presencia isso aí. Crianças que eu vi, hoje estão num caixão; passavam na frente de casa brincando e pediam uma comida. Hoje não estão mais aqui, pois foram aliciados pelo crime, foram assassinados. Então estamos enxugando gelo. É uma oportunidade; realmente, deveria ter mais gente aqui. Tem muita coisa a fazer, mas falta um empenho, não só da parte política, falta um pouco mais de pessoas engajadas, a sociedade. Tem de ter esse encontro, através desse tipo de trabalho aqui em universidades. Os políticos devem ir aos locais. Você comenta com alguém, e a pessoa diz: “Ah, mas não vai dar nada, eu não acredito mais”. Estou falando isso, pois é uma situação em que a gente indaga na rua, dizendo: o que tu achas? “Não, vou perder meu tempo.” Eu vou, em alguns momentos, na Câmara, que está vazia. Nós temos de buscar essa credibilidade das pessoas, fazendo aparecer os resultados, tipo está diminuindo

isso, está diminuindo aquilo. Mas essa cultura... É preciso busca isso aí. E onde eu moro, tu conversas com alguma pessoa e ouve: “Capaz que eu vou perder tempo”. Então, existem ótimas idéias, isso aqui é um excelente trabalho. Gostaria de vislumbrar, de ver isso aqui cheio, lotado. Esperamos que isso aconteça. A gente, como sociedade, ainda se tem essa insegurança. Eu circulo muito em Porto Alegre, realmente, há muitas viaturas em vários pontos, outros locais estão a descoberto, não dá para cobrir todos os locais. A gente ainda não tem essa segurança. Você tem que parar, tem que olhar em volta, não pode puxar um celular, ao sair de um banco, tem que olhar, porque os vagabundos estão por aí. O trabalho da Guarda Municipal a gente tem acompanhado, está muito bom. Há falta de efetivo, realmente. Existem hoje 290 aprovados que faltam fazer o teste psicotécnico, não temos expectativa de que vão chamar. O Prefeito fechou uma parceria com o Governo Federal, setenta e poucos milhões, vamos receber 35 viaturas, dois milhões e pouco do Governo Federal que chegou, mais quatrocentos e pouco mil para viatura. Então, estrutura, tecnologia, ótimo, excelente; mas e a parte humana? O tempo de resposta? Semanas atrás, tive uma situação: tentaram roubar a placa da minha moto. Liguei para o 190, informaram que não tinham convênio. Dava para enxergar uma câmera. Pergunte: mas e aí, como é que fica, não vêem? “Não, tem que acessar outro local...” Não levaram a placa, porque acho que não deu tempo. Fui lá, registrei ocorrência na delegacia, não sei o que aconteceu.

Então, é preciso esse trabalho que vocês estão fazendo, mas é preciso levar mais para a população, porque a população está descrente. Conversando com as pessoas, elas não estão acreditando muito... Não estou falando uma opinião minha, é que eu faço esse debate com algumas pessoas e é o que a gente ouve – eu estou passando para vocês. Não vamos generalizar aqui, mas há necessidade de fazer essa união de forças não só da parte da segurança, mas na educação, nas políticas públicas. A policia vai lá, bate, rebate, vai para cadeia, solta e o menininho está lá crescendo, usando droga, e a coisa continua. Daqui a alguns anos vamos estar discutindo, de novo, o mesmo assunto. Então, não vou me delongar, mas o assunto é complexo e bem interessante. Agradeço a todos.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, informamos ao Roberto que nós aprovamos na Câmara Municipal uma emenda ao Orçamento de R\$ 1,5 milhão, de minha autoria e do Ver. André Carús; depois o Prefeito vetou e a Câmara, por todos esses Vereadores que estão aqui, derrubou o veto e manteve a emenda, porque queremos esse recurso alocado na Guarda Municipal. A gente sabe que tem um déficit enorme nas finanças do Município. O Ver. Camozzato, Ver. Mendes Ribeiro e a Ver.^a Nádia sabem disso, sabem que, este ano, algo em torno de R\$ 377 milhões é o déficit municipal. Mas a gente sabe também que administrar é escolher prioridades. Como nós falamos aqui, 1% do Orçamento Estadual na segurança pública é muito pouco, tem que ir para 5%, 8%, e também nós temos que aumentar os recursos, mas, para isso, é o que disse o nosso querido Milton Gomes Ribeiro, nós precisamos mexer na lógica tributária da partição dos recursos, dos impostos que todos nós pagamos.

Quero encaminhar o encerramento aqui. Quero agradecer muito e registrar mais uma vez, são 21h33min, nós estamos aqui, as senhoras e os senhores cidadãos, cumprindo a cidadania, podiam estar em casa, assistindo televisão, descansando, jantando, curtindo as famílias; não, estão aqui trabalhando para os seus bairros, tenho certeza, representando muitas pessoas. Estão aqui, o Ver. Mendes Ribeiro, a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Felipe Camozzato, também dignificando os seus mandatos, as assessorias dos gabinetes do Ver. Moisés, do Ver. Professor Wambert, que também estão aqui, o assessor do Ver. Ferronato, que está hoje lá na nossa assessoria de comunicação; o nosso representante da Secretaria Municipal da Segurança; o Everton Silva, Comandante da Guarda Municipal; o nosso Delegado Eduardo Hartz, a quem eu quero agradecer muito, mercê todas as dificuldades da Polícia, na sua pessoa e na pessoa dos nossos Delegados Kleber Lima e Daniel Ordahi, dificuldade que a gente sabe do parcelamento dos salários dos funcionários públicos do Município, que aflige também a nossa briosa Guarda Municipal, mas, mesmo assim, quase 10h da noite, estão aqui cumprindo uma missão que é nossa também, pública. Todos nós temos uma missão, que é a vida pública, e estamos buscando resignificar a política nesse sentido, para que o cidadão que está descrendo, como falaram, tenha pelo menos um fio de esperança de que tem pessoas que estão trabalhando para fazer uma política melhor, e que cabe a nós tentar consertar isso. E este ano é chave para isso. Este é o ano que a gente pode mudar o Código Penal, a Lei de Execuções Penais, o Código de Processo Penal, o Código Tributário Brasileiro, a

pág. 36

questão dos moradores de rua, a questão do cidadão de bem que está desarmado, a questão, de repente, de alguém que vai defender a sua família poder parar lá no Presídio Central, porque foi criminalizado o porte de arma contra um plebiscito que foi feito em nosso País e que disse que queria resguardar ao cidadão de bem o direito de, se quisesse, poder defender sua família, defender outrem, que injustamente pode estar tendo a sua vida colocada em risco. E quem está andando de forma ostensiva na rua com um fuzil na mão é o bandido, é o traficante que está aliciando os nossos jovens.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Cristina. E peço que leve um abraço ao nosso Dr. Amadeu Buttelli, nosso Juiz, Diretor do Foro, que lida no dia a dia com esse problema da nossa legislação penal. Todos nós somos vítimas disso, e a gente precisa mudar. Então, a Amobela, a Amatres, a todos, senhoras e senhores, peço que nos ajudem, multiplicando aí nas redes, que, na próxima audiência pública, a gente consiga ter mais. Agradeço a imprensa que veio também, vi que tinha um repórter do Correio do Povo aqui. É outra dificuldade que a gente encontrou. Eu acho que a imprensa tem um papel fundamental em divulgar as coisas boas, porque, às vezes, parece que só estão preocupados em vender manchetes e divulgar coisa ruim, ou criminalizar a Polícia. E a gente está precisando de pautas positivas para construir coisas boas e mudar esse estado de coisas que o Brasil está vivendo. Aos servidores da Câmara Municipal que aqui vieram, ao nosso Diretor Luiz Afonso, ao Diretor Omar Ferri, à nossa segurança, a Guarda que serve na Câmara Municipal, ao setor de eventos da Câmara Municipal, enfim, a todos eu quero agradecer muito, dizer que é o Parlamento de Porto Alegre, a representação do cidadão, a Casa do Povo, e, em nome de um milhão e meio de porto-alegrenses, eu quero agradecer aos senhores. Meu caro, já ia cometer um lapso inescusável, Delegado Nelson Oliveira, que representa a nossa Asdep, leve um abraço lá aos delegados todos, ao Nilton, ao Cleiton, enfim, mas, especialmente, a vocês cidadãos que vieram aqui vieram hoje, muito obrigado.

Deixo um pedido, o nosso Delegado Eduardo falou do número 197 da Polícia Civil; o 190 da Brigada Militar, e os grupos de WhatsApp, que eu acho que já existem, mas deixo uma sugestão: que se articulem mais ainda com as Delegacias de Polícia, com a Comunicação

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Audiência Pública 05ABR2018

Social da Brigada Militar, para nós podermos estreitar ainda mais essa interação nas políticas de prevenção. Às vezes, se tem um suspeito no bairro, a gente passa lá um WhatsApp, essas coisas todas. Um local que pode ter um ponto de tráfico de droga, aí a polícia passa para o Delegado Mário Souza, do Denarc, aí o Denarc faz o seu trabalho. Em algum lugar onde estamos vendo uma movimentação estranha de carro, pode ser que ali tenha um local de desova, de entreposto de peças roubadas, de carro roubado, que a gente possa desarticular também quadrilhas e ajudar as nossas forças de segurança. Então, são esses os números da Brigada Militar e da nossa Polícia Civil. Senhoras de senhores, já vai longe o horário, mais uma vez, Ver. Camozzato, Ver. Mendes Ribeiro, Ver.^a Comandante Nádia, a todos muito obrigado. Declaro encerrada a presente audiência pública.